



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 17/02/2009, às 17h30
Ivanilde / Matr.: 46544

MPV-458

00149

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------------|--------------------------------------------------------|
| data 17/02/2009 | proposição Medida Provisória n.º 458 de 2009 |
|--------------------|--------------------------------------------------------|

| | |
|-------------------------------------|--------------------------|
| Autor Dep. Moreira Mendes | n.º do prontuário 049 |
|-------------------------------------|--------------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|-----------------|------------------------------------------|---------------|------------------------|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. Substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> Modificativa | 4. () Aditiva | 5. Substitutivo global |
|---------------------------------------|-----------------|------------------------------------------|---------------|------------------------|

| | | | | |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o *caput* do art. 17 da MP n.º 458, de 2009.

**“Art. 17. O não cumprimento das condições resolutivas pelo titularado implicará reversão automática do bem ao patrimônio público, salvo por razões de caso fortuito ou força maior.
.....”**

JUSTIFICAÇÃO

Faz-se necessário ressaltar no *caput* do artigo 17 as razões de caso fortuito ou força maior, previstos no artigo 393 do Código Civil (Lei 10.406, de janeiro de 2002). O referido artigo consagra o princípio da exoneração do devedor, sempre que o descumprimento da obrigação não decorrer de culpa ou dolo.

O inadimplemento culposos ou doloso é fonte de responsabilidade, enquanto a inexecução justificada por caso fortuito ou força maior implica em extinção de obrigação, sem dever de compor as eventuais perdas e danos, sendo este princípio geral que domina o direito brasileiro.

De qualquer forma, para que se configure o caso fortuito, ou força maior exige-se os seguintes elementos: a) o fato deve ser necessário, não determinado por culpa do devedor; b) o fato deve ser superveniente e inevitável; c) o fato deve ser irresistível fora do alcance do poder humano.

Em síntese, se há caso fortuito ou força maior, não há culpa.

Sala das sessões, 17 de fevereiro de 2009.

**Deputado Moreira Mendes
(PPS/RO)**

